



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO RAMOS)

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima – Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, determinado pela Política Nacional de Mudança Climática, Lei n. 12.187 de 2009, incentiva e fomenta o mercado voluntário de créditos de carbono e determina outras disposições.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, os princípios, palavras e expressões terão os seguintes significados:

- I. Créditos de carbono: título de direito sobre bem intangível, incorpóreo, transacionável, fungível e representativo de redução ou remoção de uma tonelada de carbono equivalente;
- II. Tonelada equivalente de carbono: É a medida métrica utilizada para comparar as emissões de vários Gases de Efeito Estufa (GEE) baseada no potencial de aquecimento global de cada uma, conforme definido no âmbito da Conferência das Partes das Nações Unidas para o clima, sendo que o dióxido de carbono equivalente é o resultado da multiplicação das toneladas emitidas de gases de efeito estufa por métrica comum de equivalência.
- III. Ativos Ambientais: são os bens e direitos mensuráveis monetariamente que representam benefícios ao ecossistema decorrente da implementação de recursos para a preservação, conservação, minimização e recuperação das características e da qualidade ambiental.
- IV. Padrão de certificação: programa de uma determinada instituição para a realização de verificação de conformidade de um projeto de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

- redução de emissões ou remoção de emissões de GEE, com relação a uma metodologia e critérios de elegibilidade.
- V. Reduções Verificadas de Emissões (RVE): corresponde a uma tonelada equivalente de carbono verificada de acordo com os requisitos estabelecidos por esta lei e por regras de um Padrão de Certificação.
- VI. Retirada de RVE: retirada permanente de circulação da RVE do mercado. A retirada de RVE é um procedimento realizado pela Entidade responsável pelo Registro, o qual impede que a RVE seja comercializada e transferida novamente. Este procedimento ocorre quando a RVE é adquirida no mercado e utilizada para compensar as emissões de uma determinada atividade, isto é, quando um comprador utiliza a RVE para compensar a quantidade de gases de efeito estufa contabilizados em CO₂e. O procedimento de retirada de RVE não se aplica a casos em que a compra tem como objetivo revenda ou investimentos.
- VII. Compensação de Emissões: mecanismo pelo qual uma pessoa, física ou jurídica, compensa, equilibra ou iguala emissões de GEE geradas por ela em decorrência de suas próprias atividades, por meio de aquisição de Reduções Verificadas de Emissões.
- VIII. Mercado Voluntário: sistema de compra e venda de reduções verificadas de emissões em que não se verifica uma obrigação legal relacionada à redução ou remoção das emissões de GEE aos participantes do mercado.
- IX. Redução de Gases de Efeito Estufa: medida associada à efetiva diminuição de emissões de GEE entre inventários de anos distintos, podendo ser subsequentes ou não.
- X. Remoção de Gases de Efeito Estufa: absorção ou sequestro de gases de efeito estufa da atmosfera.
- XI. Programa de Redução ou Remoção de Gases de Efeito Estufa: norma técnica ou legal que dispõe sobre a redução ou remoção de GEE de forma a englobar a totalidade da jurisdição determinada pela norma – Sistema Jurisdicional.
- XII. Mercado Brasileiro de Redução de Emissões: mercado de transação de créditos de carbono conforme disposições desta lei.

Art. 3º São objetivos do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões:

- I. O fomento às atividades de projetos de redução e remoção das emissões de gases de efeito – GEE;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

- II. O incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa;
- III. A melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil;
- IV. A valorização dos ativos ambientais brasileiros;
- V. A geração de riqueza e combate à pobreza por meio de atração de investimentos e negociações com os créditos de carbono; e
- VI. Redução dos custos de mitigação dos gases de efeito estufa para o conjunto da sociedade.

Art. 4º São elegíveis ao Mercado Brasileiro de Redução de Emissões os créditos de carbono originados no Brasil a partir de projetos ou programas de redução ou remoção de GEE verificados e emitidos conforme padrões de certificação que atendam aos requisitos desta lei.

Parágrafo primeiro: O Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE só reconhecerá e contabilizará os créditos de carbono e transações decorrentes que tenham sido emitidos por padrões de certificação que atendam os requisitos e regras dispostos por norma técnica emitida ou adotada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devendo prevalecer, em caso de contradição, o que dispõe esta lei.

Parágrafo segundo: Os padrões de certificação deverão, ainda, dispor de regras específicas sobre:

- I. a validação de um projeto ou programa de redução ou remoção de gases de efeito estufa;
- II. o monitoramento das atividades do projeto ou programa e as reduções ou remoções previstas e determinadas por estes;
- III. verificação periódica do resultado aferido pelas atividades do projeto ou programa conforme dados de redução ou remoção previstos no plano de monitoramento e validação; e
- IV. A publicização dos dados gerais do projeto ou programa, da validação ocorrida, do monitoramento e verificação do mesmo.

Parágrafo terceiro: Os padrões de certificação deverão, ainda, dispor de metodologias, critérios e requisitos compatíveis e comparáveis com as melhores práticas internacionais.

Art. 5º Fica criado o Sistema Nacional de Registro de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SNRI-GEE, com o objetivo e função de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

efetuar o registro de projetos de redução ou remoção de GEE e créditos de carbono, com a finalidade de assegurar a credibilidade e segurança das transações com estes ativos, servindo, também, como ferramenta para contabilidade nacional das transações nacionais e internacionais com créditos de carbono originados no país.

Parágrafo único: O Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE só reconhecerá e contabilizará os créditos de carbono e transações decorrentes que tenham sido registrados no SNRI-GEE, de que trata o caput deste artigo.

Art. 6º O SNRI-GEE deverá ser administrado pelo Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos - INRDC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fiscalizado e regulado pelo Ministério da Economia, a ser integrado por titulares [REDAZIDA].

Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo de outras funções que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Economia, constituirão atribuições do Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos - INRDC:

I – Registrar e tornar público, em ambiente digital, os projetos e programas de geração de créditos de carbono validados conforme os padrões de certificação aceitos pelo Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos - INRDC;

II - Registrar e tornar público, em ambiente digital, os créditos de carbono emitidos por meio de certificação dos projetos e programas já validados;

III – Servir de ferramenta de controle e contabilidade nacional das transações nacionais e internacionais com créditos de carbono, conforme determinações da Política Nacional de Mudança do Clima e Acordos Internacionais sobre o clima;

IV – Realizar projeções para definição das ambições e atingimento das metas nacionais e internacionais em consonância com os acordos e programas aos quais o Brasil é aderente no combate à mudança do clima e meio ambiente;

V – Coordenar a definição das metodologias e elaboração dos inventários nacionais de Gases de Efeito Estufa conforme padrões definidos nos acordos e programas internacionais aos quais o Brasil é aderente no combate à mudança do Clima; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

VI - Outras funções pertinentes e relacionadas aos objetivos determinados neste artigo e especificadas em regulação e estatuto.

Parágrafo segundo: A gestão e administração do Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos - INRDC deverá ocorrer estritamente no interesse do fomento ao MBRE e outros ativos ambientais que vierem a ser regulados, devendo praticar seus atos de forma vinculada e sendo vedada a atuação de forma a obstaculizar o registro de projetos, programas e créditos de carbono que atendam aos requisitos da lei.

Parágrafo terceiro: O Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos - INRDC não tem função ou competência para emitir, validar, verificar ou qualificar projetos de geração de créditos de carbono ou dos créditos de carbono emitidos.

Parágrafo quarto: Cabe ao Ministério da Economia definir as regras de organização do Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos - INRDC e implementar os procedimentos necessários ao seu funcionamento em até 180 dias a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo quinto: O INRDC será dirigido por 1 (um) Diretor-Geral e 4 (quatro) Diretores sem designação específica, em regime de colegiado, sendo 2 (dois) indicados pelo Ministério da Economia, incluindo o Diretor-Geral, e 3 (três) pelos [REDACTED], com mandatos de 2 (dois) anos não coincidentes, permitida uma única recondução.

Parágrafo sexto: A exoneração imotivada de dirigente do INRDC somente poderá ser efetuada nos 4 (quatro) meses iniciais do mandato, findos os quais é assegurado seu pleno e integral exercício.

Parágrafo sétimo: Constitui motivo para a exoneração de dirigente do INRDC, em qualquer época, a condenação em ação penal transitada em julgado.

Parágrafo oitavo: A diretoria colegiada do INRDC será integrada, entre outros, por representantes dos agentes setoriais de cada uma das categorias [REDACTED].

Parágrafo nono: Para fins de custeio, poderão ser instituídas tarifas e taxas de registros de projetos e outros serviços a serem executados pelo INRDC.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

Art. 7º O Ministério da Economia, em até 5 anos a partir da publicação desta Lei, deverá regulamentar o programa nacional obrigatório de compensação de emissões de GEE.

Parágrafo primeiro: o programa nacional obrigatório de compensação de emissões de GEE deverá ser baseado em sistema de transação de créditos de carbono e deverá:

- I. basear-se nos dados dos Inventários Nacionais de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) não Controlados pelo Protocolo de Montreal;
- II. basear-se nos setores da economia com maior índice de emissões de GEE;
- III. basear-se nos setores da economia com maior capacidade de remoção e compensação de GEE;
- IV. estabelecer metas setoriais e individuais de redução, remoção e compensação de forma progressiva e de acordo com a Contribuição Nacional Determinada prevista no Acordo de Paris sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima promulgado pelo Decreto [nº 9.073, de 5 de junho de 2017](#).

Parágrafo segundo: o programa nacional obrigatório de compensação de emissões de GEE deverá criar benefícios financeiros e administrativos para as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que adotaram medidas públicas de inventariação e compensação de suas e emissões de gases no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões.

Art. 8º As pessoas jurídicas de direito privado ficam isentas de pagamento dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL nas transações nacionais no mercado voluntário de créditos de carbono.

Art. 9º O artigo 9º da Política Nacional de Mudança Climática – Lei nº. 12.187 de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE será operacionalizado e regulado observando o disposto no artigo 4º da Lei nº. **[esta lei]**.”

Art. 10. Fica revogado o inciso VI do parágrafo primeiro do artigo 16 da Lei [nº 11.284, de 2 de março de 2006](#).





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

Art. 11. O parágrafo segundo do artigo 16 da Lei [nº 11.284, de 2 de março de 2006](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O direito de comercializar créditos de carbono poderá ser incluído no objeto da concessão.”

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

A Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), criada na Conferência das Partes das Nações Unidas que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1992, teve como objetivo a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica – ação humana e não natural no meio ambiente – perigosa no sistema climático.

Em decorrência da criação da UNFCCC, ocorrem anualmente a Conferência das Partes para discussão e implementação da agenda climática. Em 1997, na Conferência das Partes ocorrida na cidade de Quioto (Japão), deu-se origem ao conhecido Protocolo de Quioto¹.

O Protocolo de Quioto estabeleceu o compromisso dos países desenvolvidos, listados em seu Anexo I, em diminuir suas emissões totais dos gases geradores do efeito estufa, entre o ano de 2008 a 2012 em ao menos 5,2% abaixo dos níveis que haviam sido inventariados em 1990.

Para o alcance das metas estabelecidas, o Protocolo de Quioto criou em seu artigo 12, entre outros, um instrumento de mercado de

¹ Disponível em http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php





compensação de emissões de gases de efeito estufa denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Este instrumento permitiu que os países do Anexo I do Protocolo de Quioto – países desenvolvidos – pudessem se beneficiar das reduções de emissões realizadas nos países em desenvolvimento, facilitando as reduções nos países desenvolvidos e envolvendo países em desenvolvimento, sem metas de redução de emissões neste regime.

Os Projetos de MDL, como são conhecidos, geram redução de emissões certificáveis e quantificáveis, denominadas Reduções Certificadas de Emissões (RCE). Estas RCE podem ser comercializadas entre as Partes que não possuem metas de redução e as que possuem, as quais podem utilizar tais créditos como forma de cumprimento de suas metas.

Diante destes fatos, documentos e da norma internacional que instituiu o MDL, passou a surgir um novo mercado, qual seja, o dos chamados créditos de carbono, ou em seu vocabulário formal “Reduções Certificadas de Emissões” (RCE), no inglês *Certified Emissions Reductions* – CER.

Já no final de 2015, foi aprovado o Acordo de Paris. O documento aprovado entre as partes das Nações Unidas – que é um “adendo” à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas adotada em maio de 1992 – passou a estabelecer um mecanismo para assegurar que o crescimento da temperatura global média será abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais, cabendo a cada país signatário, no seu âmbito interno, estabelecer e determinar quais serão suas Contribuições Nacionais Determinadas (Intended Nationally Determined Contributions – NDC).

Em suas NDCs, os países poderão adotar medidas de transferência internacional de resultados de mitigação (mercado de ativos de





carbono) e/ou medidas que não envolvam o mercado de redução de emissões, que devem estar contextualizadas com o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Paralelamente ao mercado de carbono estabelecido pelas Nações Unidas, passou a ocorrer, também, negociações de ativos de carbono em mercado voluntário de redução de emissões baseado na necessidade de as entidades privadas demonstrarem seus compromissos ambientais para com a sociedade e com os seus clientes, independentemente destas instituições estarem atreladas à uma obrigação legal de redução de emissões de gases de efeito estufa ou não.

O Mercado Voluntário² pode ser compreendido como aquele em que não se verifica a obrigação legal, tanto por norma doméstica quanto por norma internacional, de obrigações relacionadas à redução ou compensação de emissões de gases de efeito estufa aos seus participantes.

Isso não quer dizer que não haja regras ou regulação para o Mercado Voluntário, mas tão somente que estas regras ou regulação decorrem de uma iniciativa do setor privado e não de Leis e atos emanados pelo Poder Público.

Nos Mercados Voluntários o motivador essencial está no fato de que as empresas estabelecem internamente metas de redução de emissões por razões ligadas a imagem, competição mercadológica ou mesmo compromissos de âmbito social e ambiental, visando por vezes aumentar o valor de mercado junto a algumas Bolsas por meio da adesão de conceitos de sustentabilidade que estão incluídos, por exemplo, nos Índices do Down Jones Sustainability Index americano,

² <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Estudos-sobre-Mercado-de-Carbono-no-Brasil-An%C3%A1lise-Legal-de-Poss%C3%ADveis-Modelos-Regulat%C3%B3rios.pdf>





no FTSE4 europeu, ou no seu congênere brasileiro o ISE- Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA.

Os operadores do mercado voluntário de carbono devem seguir as normas estabelecidas por padrões internacionais de validação e certificação de reduções de emissões de gases de efeito estufa. Tais padrões estabelecem regras para o desenvolvimento dos projetos de redução de emissões com base em metodologias científicas consagradas em ambiente internacional e principalmente no âmbito das Nações Unidas (UNFCCC)³.

Todos os projetos e ativos de carbono validados e certificados por padrões de certificação internacional são registrados e publicados em seu sistema, permitindo transparência e conferência para rastreabilidade das transações ocorridas por cada titular de projeto.

Exemplificativamente, é possível acessar dados de relatórios de validação, monitoramento e certificação de cada projeto que adotou este padrão de certificação, assim como é possível acessar todos os ativos que foram emitidos por cada projeto e o que já foi aposentado (compensado por alguma empresa) ou ainda está disponível para transações.

Assim, é possível dizer que temos, atualmente, dois tipos de ativos de carbono largamente conhecidos globalmente, são eles:

1. Reduções de emissões certificadas e emitidas no âmbito das Nações Unidas ou em decorrência de acordos internacionais de acordo com os protocolos estabelecidos pelas Nações Unidas; e
2. Reduções de emissões certificadas em mercados voluntários – ativos de carbono emitidos conforme padrões de certificação internacional que determinam metodologias científicas específicas.

³ <https://unfccc.int/>





Segundo o Relatório do Banco Mundial *State and Trends of Carbon Pricing 2020*⁴ (Estado e Tendências da Precificação de Carbono em 2020) pode-se aferir que:

- I. As iniciativas nacionais de precificação de ativos de carbono têm sido fortalecidas em jurisdições ao redor do mundo ao adotarem metas de mitigação mais ambiciosas e introduzir as ferramentas políticas associadas. Isto é particularmente crucial, pois 2020 e 2021 são anos críticos para que os países aumentem suas reduções de emissões conforme o Acordo de Paris, como muitos países, regiões e cidades no ano de 2019 declararam uma "emergência climática".
- II. A crise econômica desencadeada pela COVID-19 levou a grandes mudanças no consumo de energia e no comportamento do consumidor, desafiando as bases econômicas de muitos países. À medida que as comunidades começam a voltar às suas atividades e as conversas se voltam para a recuperação e os pacotes de estímulo, os países devem considerar como as medidas podem ser projetadas para melhor suportar uma transição para uma economia com baixo teor de carbono. Medidas para o pontapé de saída para retomada das economias poderiam ser projetadas de tal forma a gerar empregos e infraestrutura por meio da transição para emissões líquidas zero até meados deste século.
- III. Apesar da convulsão social e econômica, muitas jurisdições e entidades privadas estão acelerando seus esforços na ação climática. A COP 25 destacou a urgência e a necessidade de aumentar a ambição das Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs). Além disso, na COP do Chile a presidência anunciou que 120 Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) estão trabalhando para alcançar o CO2 zero líquido até 2050. A partir de 1º de abril de 2020, Dinamarca, França, Nova Zelândia, Suécia e Reino Unido consagraram uma meta líquida de zero emissões de CO2 em legislação, enquanto o Suriname e o Butão

⁴ Pode ser acessado em:

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33809/9781464815867.pdf?sequence=4&isAllowed=y>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

já estão negativo de carbono. Além disso, 15 regiões subnacionais, 398 cidades, 786 empresas e 16 investidores também indicaram que estão trabalhando para alcançar a meta de emissão zero.

- IV. Em 2019, mais jurisdições começaram a considerar iniciativas complementares de precificação de carbono, além da cobertura de seus sistemas existentes de preços de carbono para atingir metas de mitigação. Por exemplo, na Europa, Alemanha, Áustria e Luxemburgo estão planejando incluir setores de suas economias no Sistema de Comércio de Emissões da União Européia (EU ETS), e o Green Deal da UE com seu compromisso de alcançar neutralidade de carbono até 2050, reforçou o caso para uma cobertura mais ampla dos preços de carbono. Em segundo lugar, o alcance das iniciativas de precificação de carbono existentes está crescendo. Mais setores e gases estão sendo cobertos por um preço do carbono e os limites estão sendo reduzidos para regulamentarem mais empresas, inclusive no Chile, Islândia, Nova Zelândia e Suíça. Para alcançar o zero líquido de emissões, muitas jurisdições estão aumentando o uso do mecanismo de crédito e financiamento climático baseado em resultados (RBCF).
- V. O crescimento no número de iniciativas de precificação de carbono está ocorrendo em grande parte nas Américas. A maioria das vezes conduzida pela abordagem federal de precificação de carbono, como no Canadá. 2020 também ficou marcado pelo início da fase piloto do México com seu mercado nacional de carbono, representando o primeiro (ETS) na América Latina.
- VI. As iniciativas de precificação de carbono estão se expandindo através das linhas nacionais e estaduais, com aumento e cooperação entre jurisdições para alinhar seus mercados de carbono. Na Europa, o ETS suíço e o EU ETS se vincularam em 1 de janeiro de 2020, permitindo entidades cobertas pelo ETS suíço poder utilizar do ETS da UE para conformidade, e vice versa. Após sua saída da EU, o Reino Unido está considerando implementando seu próprio ETS e ligando-o ao ETS da UE. Da mesma forma, nos EUA, o *Regional Greenhouse Gas Initiative* (RGGI), um arranjo de estados do nordeste americano com um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

mercado regional de carbono para o setor elétrico, se expandiu para incluir Nova Jersey e Virgínia. A Pensilvânia está interessada em ingressar na RGGI, e sua inclusão aumentaria significativamente o tamanho do mercado de carbono e trazer um grande estado de combustível fóssil para a iniciativa. Da mesma forma, um grupo de dez estados nos EUA está avançando com um programa de *cap and invest* para seu setor de transporte.

- VII. Existem atualmente 61 iniciativas de precificação de carbono ou programadas para implementação, consistindo de 31 ETSs e 30 tributações sobre o carbono, cobrindo 12 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂e) ou cerca de 22% das emissões globais de GEE. Este é um aumento em relação a 2019, no qual 20% das emissões globais de GEE foram cobertas por ETS's e tributações sobre carbono que foram implementadas ou programadas para implementação.
- VIII. Os governos arrecadaram mais de 45 bilhões de dólares em precificação de carbono em 2019. Também em 2019 houve um pequeno aumento da receita em relação a 2018 (US\$ 1 bilhão em comparação a US\$ 11 bilhões) em grande parte como consequência da Estabilização dos preços ETS da UE.
- IX. Apesar do aumento dos preços de carbono em muitas jurisdições, elas permanecem substancialmente inferiores do que aquelas necessárias para ser coerentes com o Acordo de Paris. A Comissão de Alto Nível sobre os preços de carbono estima que os preços de carbono em pelo menos US\$40-80/tCO₂ até 2020 e US\$50-100/tCO₂ até 2030 são necessários para atingir, de forma eficaz, as metas de temperatura do Acordo de Paris. O preço de carbono apropriado será determinado pelas condições locais de cada país ou região e o papel do carbono como instrumento de preços deve ser complementar a outras políticas climáticas e o progresso tecnológico. As jurisdições podem optar por implementar um tributo sobre o carbono ou um ETS (mercado de carbono) com um preço inicialmente baixo que poderá





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

subir à medida que as empresas se familiarizam com a nova política de precificação do carbono.

- X. Uma ampla gama de atores dos setores público e privado estão avançando com a descarbonização por meio de estratégias de cooperação internacional. A modelagem tem mostrado que a cooperação através do Artigo 6 do Acordo de Paris poderia reduzir o custo de implementando NDC's em cerca de US\$ 250 bilhões em 2030.
- XI. A atividade de mercado de carbono está começando a ir além de projetos gerados a partir dos mecanismos de Kyoto. O mercado de créditos de carbono tem sido muitas vezes dominado pelos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). As empresas permanecem ativas no mercado voluntário, com mecanismos de mercado responsáveis por quase dois terços de todos os créditos emitidos em 2019. Da mesma forma, os governos estão desenvolvendo mecanismos internos de mercado. Estes projetos não apenas geram benefícios locais, mas também dão às empresas flexibilidade para cumprir com as metas domésticas de emissões de carbono.
- XII. Maior transparência e acordos sobre padrões robustos de mercado de créditos de carbono são necessárias para garantir a integridade ambiental. O aumento do número de mecanismos de mercados de créditos de carbono, nacionais e subnacionais independentes também traz o desafio de garantir a consistência através dos vários mecanismos, atentando-se que cada crédito gerado representa uma tonelada de CO₂e mitigado. Ainda, é necessária forte regulação para manutenção da integridade ambiental da redução de emissões a fim de evitar a dupla contagem, o que é fundamental para a credibilidade dos sistemas.
- XIII. Um número crescente de empresas está usando mecanismos de precificação de carbono para reduzir as emissões ao longo de suas cadeias de valor. Em 2019, cerca de 1.600 empresas revelaram que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

atualmente utilizam preço interno do carbono ou que eles antecipam fazer assim dentro de dois anos. Com um número crescente de empresas que se comprometem com metas líquidas zero e a crescente pressão dos investidores, o uso de ativos de carbono e de redução de emissões na cadeia de suprimentos deve crescer.

O endereçamento adequado das políticas climáticas é algo mais que necessário para o posicionamento do Brasil como um país na vanguarda do desenvolvimento inteligente e estratégico de nossa economia e sociedade. O respeito ao meio ambiente e o combate à pobreza é obrigação inevitável para qualquer país que projete seu crescimento econômico para as próximas décadas.

O Brasil é um país com ampla capacidade natural de gerar ativos ambientais, principalmente créditos de carbono, passíveis de transações nacionais e internacionais. O não aproveitamento das oportunidades e capacidades de nosso país é um desatendimento ao comando de nossa Constituição Federal, naquilo em que trata expressamente do desenvolvimento econômico, social e ambiental, além dos tratados internacionais e da legislação pátria.

Diversas são as normas legais no Brasil que prevêm a existência dos ativos de carbono. No âmbito Federal, as normas mais relevantes são:

- Convenção Quadro Sobre Mudança Climática das Nações Unidas;
- Protocolo de Quioto;
- Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
- Código florestal, lei 12.651/12.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

É importante destacar que o Brasil já estabeleceu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) em sua PNM.

“Art. 9. O Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE será operacionalizado em bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado, autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, onde se dará a negociação de títulos mobiliários representativos de emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas.”

(...)

“Art. 12. Para alcançar os objetivos da PNM, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020.” Grifo nosso.

Além da PNM já prever metas nacionais para a redução das emissões de GEE, o novo código florestal, lei 12.651/12, já traz o conceito de créditos de carbono. Vejamos:

“Art. 3 (...) XXVII - crédito de carbono: título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável”

Esta mesma lei também já prevê um mercado de pagamentos por serviços ambientais, sendo que os projetos florestais de redução de emissões (REDD) estão entre os projetos previstos para tais mercados:

Art. 41. (...)

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente;

a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;

(...)

§ 5º O programa relativo a serviços ambientais previsto no inciso I do caput deste artigo deverá integrar os sistemas em âmbito nacional e estadual, **objetivando a criação de um mercado de serviços ambientais.**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

Além destas normas legais de âmbito federal, existem inúmeras outras normas estaduais já determinando a existência dos ativos de carbono na legislação brasileira, como, por exemplo, as leis do Estado do Acre, Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás e outros.

Todavia, até o momento, não há regulamentação do MBRE previsto na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, bem como não criamos um arcabouço legal propício a tratar adequadamente e a incentivar as transações com os ativos de carbono, de forma a ampliar a integridade ambiental de nosso país ao mesmo tempo em que gera riquezas, combate a pobreza e gera divisas ao Estado.

O presente PL visa apresentar a regulamentação do MBRE determinado em nossa PNMC, com vistas a:

- I. Conceituar e determinar a natureza jurídica dos ativos de carbono (créditos de carbono);
- II. Estabelecer um sistema de registro da inventariação das emissões de gases de efeito estufa e a contabilidade nacional das reduções de emissões e suas transações;
- III. Estabelecer o regime de contabilização para efeitos do artigo 6 do Acordo de Paris;
- IV. Determinar a fungibilidade dos ativos de carbono, para estabelecermos a interoperabilidade de diferentes mecanismos de mercado sobre reduções de emissões de gases de efeito estufa, com a adequada normatização técnica-científica;
- V. Estabelecer o mercado doméstico de redução de emissões, com base em nossa NDC, no inventário nacional e nas características de nossos setores econômicos;
- VI. O fomento às atividades de projetos de redução e remoção das emissões de gases de efeito – GEE;
- VII. O incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa;
- VIII. A melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil;
- IX. A valorização dos ativos ambientais brasileiros;
- X. A geração de riqueza e combate à pobreza por meio de atração de investimentos e negociações com os créditos de carbono; e
- XI. Redução dos custos de mitigação dos gases de efeito estufa para o conjunto da sociedade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Ramos

Esta é a justificativa para o Projeto de Lei que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões determinado pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Deputado Federal MARCELO RAMOS

PL/AM

Documento eletrônico assinado por Marcelo Ramos (PL/AM), através do ponto SDR_56042, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 6 0 3 4 6 4 6 7 0 0 *